

S/ referência

Data

N/ referência

Data

S042418-202206-

DLPC.DOV

Pcº DLPC.DOV.00004.2022

Assunto: PROGRAMA DE REORDENAMENTO E GESTÃO DA PAISAGEM DA SERRA DA
MALCATA (PRGP SM)

Relatório do Programa

No relatório encontram-se contemplados os aspetos referidos no anterior parecer da APA relativo à fase de Diagnóstico Prospetivo, designadamente os relacionados com a caracterização das massas de água. No entanto, poderá ser relevante uma visão mais aprofundada relativamente às pressões sobre as massas de água, sobretudo relacionadas com a fragmentação da galeria ripícola, presença de vegetação invasora, ou potenciais fontes de contaminação do meio hídrico.

Propõe-se que se distinga claramente o conceito de espécie infestante ou espécie invasora, em referência às comunidades vegetais que acompanham os cursos de água.

A Figura 9 do Relatório do Programa apresenta a delimitação das bacias de drenagem das massas de água intercetadas pelo PRGP SM, mas em vez de mencionar o código da massa de água inclui um nº de ordem, propondo-se que este seja substituído pelo código da massa de água, no sentido de uma maior clarificação.

Monitorização e avaliação do PRGP SM

Os indicadores propostos para a monitorização e avaliação do PRGP SM que constam do *Quadro 8 – Monitorização e avaliação do PRGP SM* do Sumário Executivo, não coincidem com os indicadores que constam do *Quadro 28 – Indicadores, periodicidade e entidade responsável pelo acompanhamento e monitorização* do Relatório do Programa.

Particularizando para a área estratégica *Valorização do capital natural e serviços dos ecossistemas, área temática Regulação hidrológica e controlo de erosão*, os Indicadores que constam do Sumário Executivo e os indicadores que constam do Relatório do Programa, não coincidem.

Área temática	Indicadores que constam do Sumário Executivo	Indicadores que constam do Relatório do Programa
Regulação hidrológica e controlo de erosão	Extensão de galerias ripícolas reabilitadas	Extensão de galerias ripícolas restauradas
	Área intervencionada com ações para a minimização da erosão do solo	Escoamento de Superfície, infiltração e evapotranspiração em bacias selecionadas
	Nº de ações de controlo de escoamento realizadas	Taxa anual de perda de solo

Por outro lado, a informação apresentada relativamente a alguns dos indicadores é insuficiente. Por exemplo não está claro o que se entende por “ações de controlo de escoamento” ou o que se pretende com o Indicador “Escoamento de Superfície, infiltração e evapotranspiração em bacias selecionadas”.

Relativamente à mencionada área temática propõem-se os seguintes indicadores:

- Extensão de galerias ripícolas restauradas/Reabilitadas
- Área intervencionada com ações para a minimização da erosão do solo
- Taxa anual de perda de solo

Importa também referir que a informação relativa a cada dos indicadores propostos deve ser mais detalhada e incluir método de cálculo, unidade e metas

Relatório Ambiental

Identificaram-se alguns aspetos que devem ser corrigidos, completados e/ou melhorados, conforme abaixo indicado.

Existindo para a área sujeita ao PRGP SM outros Instrumento de Gestão Territorial, reveste-se da maior importância esclarecer que planos têm de incluir as diretrizes e ações preconizadas neste programa, assim como que medidas e ações previstas em estratégias, programas e planos de âmbito nacional e regional têm de ser incluídas neste programa.

A área em estudo está abrangida pelas bacias hidrográficas dos rios Douro e Tejo estando afeta às regiões hidrográficas do Douro (RH3) e do Tejo e Ribeiras do Oeste (RH5), estando portanto incorreta a identificação da Administração da Região Hidrográfica do Centro (ARH Centro) feita na página 144 pelo que deve ser corrigida e substituída pela Administração da Região Hidrográfica do Norte (ARH Norte).

Face ao QRE apresentado com referência ao tema das alterações climáticas, dá-se nota de que a nível europeu, o RA carece de referências importantes que devem ser consideradas, tais como:

- Estratégia Europeia de Adaptação às Alterações Climáticas (EEAAC);
- Estratégia de Longo Prazo da UE e dos seus Estados Membros¹;
- Lei Europeia do Clima².

Importa referir que o QRE deverá, igualmente, considerar os objetivos, princípios, direitos e deveres estabelecidos pela Lei de Bases do Clima, Lei n.º 98/2021, de 31 de dezembro,

¹ <https://unfccc.int/documents/210328>

² Regulamento (UE) 2021/1119 do Parlamento Europeu e do Conselho de 30 de junho de 2021 que cria o regime para alcançar a neutralidade climática e que altera os Regulamentos (CE) n.º 401/2009 e (UE) 2018/1999 («Lei europeia em matéria de clima»)

que entrou em vigor a 01 de fevereiro de 2022, que define e formaliza as bases da política do clima, reforçando a urgência de se atingir a neutralidade carbónica, traduzindo-a em competências atribuídas a atores-chave de diversos níveis de atuação, incluindo a sociedade civil, as autarquias ou comunidades intermunicipais. Neste contexto salienta-se ainda o estipulado no Artigo 19.3 da Lei de Bases do Clima que adota “a meta, para o sumidouro líquido de CO₂ equivalente do setor do uso do solo e das florestas, de, em média, pelo menos, 13 megatoneladas, entre 2045 e 2050”.

Ainda no âmbito do QRE, importa referir que o PGRP SM prevê a viabilização das ações através de mecanismos de operacionalização previstos no PTP (incluído no QRE apresentado no RA), adaptando o Modelo Multifundos de apoios ao investimento à manutenção, gestão e remuneração dos serviços dos ecossistemas, de acordo com os modelos de gestão, as tipologias das operações e a dotação orçamental dos territórios abrangidos. Nesse sentido, e ainda que a operacionalização dos apoios ao investimento seja feita ao abrigo do PTP, importa sublinhar que, à luz do Regulamento Disposições Comuns para Fundos de Gestão Partilhada, nomeadamente do seu Anexo I, deve ser apresentado o contributo do programa para os diversos domínios de intervenção previstos naquele anexo, bem como a respetiva alocação financeira prevista para cada um deles.

Sendo da maior importância identificar as situações em que ocorrem convergências entre as orientações das macropolíticas constantes no QRE e as Questões Estratégicas do Programa, também deviam ter sido identificadas as situações em que podem ocorrer divergências, situação que não se encontra espelhada no quadro 8.

Consideram-se adequados os FCD escolhidos. Contudo, estes não relevam, segundo a descrição efetuada, a importância que as alterações climáticas têm no recurso água, por exemplo em termos de disponibilidades, com consequências na escassez e, ao nível do risco, na ocorrência de secas.

Tendo sido identificado, no quadro 11, a existência de convergências entre os PGRH e o FCD4, a mesma situação deveria ter sido identificada para este FCD no quadro 10 relativo à governança, estando em falta o fator água associado a este FCD.

Do QRE com relevância para as alterações climáticas, destaca-se a sua correlação com todos os FCD, à exceção do FCD 1 – Resiliência ao Fogo, situação que se propõe rever.

O relatório apresenta, igualmente, um quadro de avaliação para cada FCD, onde são explicitados os respetivos critérios, objetivos de sustentabilidade, indicadores e metas definidas. Neste contexto, é de aludir a necessidade de ajustar alguns aspetos, por forma a considerarem aspetos intrínsecos às alterações climáticas, nas respetivas vertentes de mitigação e adaptação, conforme se explora posteriormente neste parecer.

Em conformidade com o “Guia das Melhores Práticas para a Avaliação Ambiental”, recomenda-se que os critérios de avaliação sejam limitados a dois por FCD e que os indicadores sejam, por sua vez, também limitados a dois ou três por critério de avaliação, de modo a que seja possível manter o foco estratégico, pelo que se sugere um esforço de síntese.

A organização dos Cenários Alternativos foi estruturada de acordo com vários critérios de ponderação, originando 3 cenários de estudo – o Passivo (sem alteração das condições atuais), o de Transição Positiva e o Ideal. A escolha do cenário a adotar no PGRP SM recaiu sobre o Cenário de Transição Positiva, que apresenta globalmente efeitos positivos em relação à situação atual, sendo considerado mais equilibrado e exequível no horizonte temporal do Programa (10 anos).

Apenas foi identificada uma situação em que os efeitos podem ser muito negativos para a provisão dos serviços dos ecossistemas caso nada seja feito (cenário passivo), avaliação que merece reflexão em especial quando para o mesmo cenário se consideram nulos os efeitos no uso e ocupação do solo e na gestão dos espaços rurais quando se pretende

aumentar a resiliência do território aos incêndios rurais e a outros riscos no quadro de alterações climáticas.

Se na avaliação que é feita e, na ausência de programa, o comportamento é globalmente neutro para todos os FCD, pode significar que tem pouca relevância a implementação do programa. Sendo referido que o Cenário de Transição Positiva que contabilizou 3 critérios com efeitos potencialmente mais positivos, foi considerado o mais equilibrado e exequível no horizonte temporal do Programa, não é explícito como é que a avaliação dos efeitos contribuiu para a seleção deste cenário.

Alterações Climáticas

Aspetos relacionados com a mitigação

O QRE deve, igualmente, considerar os objetivos, princípios, direitos e deveres estabelecidos pela Lei de Bases do Clima, Lei nº 98/2021 de 31 de dezembro, atendendo ao seu âmbito e relevância.

No que respeita ao FCD 1 - Resiliência ao Fogo, associado ao critério relativo aos Fogos rurais, além da área ardida, importa igualmente incluir a monitorização e quantificação das emissões de GEE geradas, enquanto indicador associado a este critério, não obstante o facto de o RA integrar esta necessidade no âmbito de uma medida de seguimento do programa.

Considerando o quadro de avaliação do FCD 3 – Serviços de Ecossistemas, denota-se que o sequestro e armazenamento de carbono constitui um serviço de ecossistemas (SE) de regulação de elevada importância para a vertente de mitigação das alterações climáticas. Deste modo, a mensurabilidade da capacidade de sumidouro de CO₂ instalada deve ser acautelada no âmbito da formulação do indicador “Incremento da provisão por serviços de regulação e manutenção”, tendo para o efeito o RA indicado que “O sequestro e armazenamento de carbono constitui um dos serviços dos ecossistemas de regulação considerado nos indicadores estabelecidos.” Em acréscimo, as metas nacionais de mitigação estabelecidas pela Lei de Bases do Clima, nomeadamente no que respeita ao reforço da capacidade de sumidouro, devem, igualmente, ser consideradas no âmbito das metas definidas para esta categoria de indicadores.

Importa referir que, uma vez que o programa apresenta objetivos de sustentabilidade ligados à dimensão económica, nomeadamente à promoção da competitividade e atratividade do território pela diversificação das atividades económicas, incluindo a agricultura e o turismo, devem ser acautelados, no Programa de Seguimento do PGRP SM e em articulação com os outros instrumentos de âmbito regional e local, mecanismos de acompanhamento e monitorização dos pressupostos inerentes à viabilização de projetos nestas áreas, por forma a salvaguardar que questões como a eficiência energética e a redução de emissões de GEE direta e indiretamente relacionadas com os projetos a fixar na região, serão devidamente consideradas.

Para a determinação das emissões de GEE em todos os setores devem ser sempre que possível, utilizados os fatores (exemplo: fatores de emissão) e as metodologias de cálculo constantes do Relatório Nacional de Inventários (NIR - National Inventory Report) que pode ser encontrado no [Portal da APA](#).

De destacar, relativamente aos aspetos relacionados com a mitigação das alterações climáticas, que as linhas de atuação identificadas no PNEC 2030 como forma de redução de emissões de GEE devem ser consideradas o referencial para efeitos de implementação de eventuais medidas de minimização dos impactos a ter em conta em função da tipologia dos instrumentos, tal podendo reforçar as medidas já identificadas no RA.

Aspetos relacionados com a adaptação

À semelhança do exposto para a vertente mitigação, também para a vertente de adaptação às alterações climáticas devem ser acautelados, no Programa de Seguimento do PGRP SM e em articulação com os outros instrumentos de âmbito regional e local, mecanismos de acompanhamento da viabilização de projetos na região, por forma a garantir que questões como o uso eficiente da água ou a salvaguarda de pessoas, bens e território face aos riscos decorrentes de alterações climáticas, serão devidamente consideradas nos projetos a implementar.

Importa destacar que, em termos da avaliação de cenários de alterações climáticas, o [Portal do Clima](#) disponibiliza as anomalias de diversas variáveis climáticas (temperatura, precipitação, humidade relativa, evapotranspiração, intensidade do vento, entre outras) face à normal de referência de 1971-2000, para os seguintes períodos 2011-2040, 2041-2070, 2071-2100.

Aspetos relacionados com os Recursos Hídricos

Para o FCD1 são definidos 4 critérios de avaliação a que se associam 17 indicadores, número excessivo e que se julga que será difícil de contabilizar. Sendo proposto como critério para se avaliar o FCD1, as alterações climáticas e, como indicador, o Escoamento originado por eventos de precipitação extrema, questiona-se como é que se pretende contabilizar este indicador através de N.º de ações de controlo de escoamento realizadas. Não é perceptível o alcance do indicador proposto nem como é que o mesmo vai ser contabilizado e considerado.

As alterações climáticas podem ter implicações em termos de fenómenos de cheias e de inundações repentinas, pouco comuns na área em estudo, por oposição à escassez de água e à seca que, contrariamente às cheias não foram consideradas, nem avaliadas, constituindo portanto uma lacuna que deve ser corrigida.

No critério Uso e ocupação do solo do FCD1 é feita referência a “Novas áreas de regadio, nomeadamente áreas de conversão do olival tradicional de sequeiro em olival intensivo de regadio, localizadas nos blocos de rega do Sabugal e Meimoa, associados ao aproveitamento hidroagrícola da Cova da Beira”. Não sendo identificadas nas áreas ardidas do quadro 18, as áreas de olival tradicional, não é perceptível como é que a conversão do olival tradicional para regadio com uso intensivo de água promove a diversificação.

No olival tradicional é possível associar serviços dos ecossistemas, pelo que não se concorda com a avaliação efetuada de que a sua conversão para olival intensivo de regadio dinamiza a diversificação e cria descontinuidades. A substituição de uma cultura de sequeiro por uma de regadio intensivo não promove a diversificação de mosaicos para além de competir com outros usos e utilizadores da água, recurso escasso, cuja gestão deve ser cuidada e avaliada em termos de resiliência do território às alterações climáticas.

Tal como identificado nas oportunidades deve promover-se o uso eficiente da água nos diferentes setores, tendo presente que a redução da precipitação média anual é um ponto fraco com implicações no risco do aumento das seca e escassez de água decorrentes dos cenários de alterações climáticas.

Para o FCD2 é proposto nos critérios de avaliação a Valorização dos ativos do território através do indicador designado de “Linhas de água e galerias ripícolas reabilitadas”, indicador a contabilizar através da extensão em metros de linhas de água e galerias ripícolas reabilitadas. Questiona-se como é que este indicador permite avaliar a promoção da competitividade do território através da valorização e gestão sustentável dos seus ativos.

A promoção do uso eficiente da água nos diferentes setores tem de ter presente a previsão de redução da precipitação média anual, situação identificada como ponto fraco com implicações no aumento do risco de seca e de escassez de água decorrentes dos cenários de alterações climáticas.

No FCD3 e para o critério provisão dos serviços dos ecossistemas é proposto como indicador o “Incremento da provisão por tipo de serviço”, que se considera estar incorretamente formulado, um vez que um incremento não pode corresponder a um indicador. Acresce que na formulação deste indicador é proposto contabilizar-se o “Incremento da provisão por serviços de aprovisionamento” e o “Incremento da provisão por serviços de regulação e manutenção” (unidades adequadas a cada tipo de SE), conceitos que carecem de explicação e de revisão.

Na página 136 é feita menção ao Aproveitamento Hídrico da Cova da Beira, referencia que deveria ser corrigida para Aproveitamento Hidroagrícola da Cova da Beira.

No que se refere às Medidas e Recomendações de Planeamento e Gestão: a medida “Reduzir o escoamento originado por eventos de precipitação extrema”, não é explícito o seu objetivo nem como será implementada pelo que deve ser revista.

Na avaliação dos efeitos é identificado, por FCD, o quadro de governança onde constam as entidades responsáveis por realizar as ações do programa. Nas ações a desenvolver pela APA constam ações cuja responsabilidade não é desta entidade, tendo portanto de ser identificadas outras entidades para as desenvolver:

- Melhoria dos sistemas de monitorização das necessidades efetivas de água das culturas ao longo dos ciclos de crescimento;
- Monitorizar a taxa de erosão do solo;
- Promover boas práticas entre elas agrícolas, designadamente as de conservação do solo e uso eficiente da água;
- Vigilância e monitorização de pragas agrícolas e florestais nomeadamente a nível da sua distribuição geográfica.

Fases seguintes do procedimento de AAE

No que diz respeito às fases seguintes deste procedimento de AAE, importa considerar os seguintes aspetos:

- Em simultâneo com a versão final do PRGP SM deverá ser elaborado o Relatório Ambiental final, que incorpore o resultado das consultas institucional e pública. A ponderação dos contributos deve constar em tabela própria, com justificação dos contributos eventualmente não considerados.
- Posteriormente, deverá ser elaborada e enviada a esta Agência e às restantes ERAE consultadas a Declaração Ambiental, de acordo com o Artigo 10º do Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio. Para tal sugere-se a consulta do documento de orientação disponível no site da APA, em:
https://apambiente.pt/sites/default/files/SNIAMB_Avaliacao_Gestao_Ambiental/AE/Nota_Tecn_AAE_1_2020_DA_abril2020.pdf
- Sugere-se ainda que, aquando da publicação da aprovação do PRGP SM em Diário da República seja feita alusão ao facto de o mesmo ter sido sujeito a um procedimento de AAE.
- Alerta-se para a obrigação legal de avaliar e controlar os efeitos significativos no ambiente decorrentes da aplicação e execução do Programa, verificando a adoção das medidas previstas na Declaração Ambiental, a fim de identificar atempadamente e corrigir os efeitos negativos imprevistos (n.º 1 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 232/2007). Os resultados do controlo devem ser divulgados pela entidade responsável pelo Programa, através de meios eletrónicos, e atualizados com uma periodicidade mínima anual, devendo ainda ser remetidos à APA.



Com os melhores cumprimentos,

A Diretora do Departamento de Litoral
e Proteção Costeira da APA, I.P.

Maria João Pinto

RG/